



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DIREÇÃO DO FÓRUM DE PARAGOMINAS

Rua Belém nº 69, Módulo II, Paragominas (PA), CEP: 68626-070, Telefones: (91) 3729-9700.

Horário de atendimento ao público: das 08h00min às 14h00min. Email: tjepea039@tjpa.jus.br



Portaria nº 13/2023 - D.F.

O Dr. WANDER LUIS BERNARDO, Juiz de Direito respondendo pela Direção do Fórum de Paragominas (PA), na forma do art. 139, I, da Lei nº 5.008/1981, etc.

- CONSIDERANDO** : Os termos da Resolução nº 71/2009-CNJ e da Resolução nº 16/2016-TJPA, que regulamenta o serviço de Plantão Judiciário do Poder judiciário do Estado;
- CONSIDERANDO** : A escala de plantão disposta na Portaria nº **037/2017 – D.F.**, que definiu o plantão judiciário desta comarca, referente ao mês e ano abaixo indicados, bem como a disponibilidade de juízes e servidores desta comarca;
- CONSIDERANDO** : A resposta da Desembargadora Corregedora de Justiça do E. TJPA nos autos da Consulta Administrativa nº 0003354-11.2021.00.814
- RESOLVE** : Definir a escala do plantão judiciário do mês de **Dezembro** do ano em curso, na forma a seguir:

ESCALA DE PLANTÃO N° 13/2023

MÊS: DEZEMBRO DE 2023 RECESSO JUDICIÁRIO					
COMARCA: PARAGOMINAS/PA					
ENDEREÇO	:	FÓRUM DR. CÉLIO DE REZENDE MIRANDA , Rua Ilhéus, S/N, Bairro Célio Miranda, Paragominas (PA), CEP: 68626-060.			
HORÁRIO	:	Segunda à sexta-feira: 14h às 7h59min do dia seguinte.		Sábados, domingos e feriados: 8h às 7h59min do dia seguinte	

DIA	VARA	MAGISTRADO	SERVIDOR DE SECRETARIA	SERVIDOR DE GABINETE	OFICIAL DE JUSTIÇA
20/12	V.CRIM	Magistrado não publicado em obediência ao art.1º, parágrafo único da Res. Nº:152/2012-CNJ	Shirley A. L. da Silva (91) 98010-0846	Paulo H. Alves Martins (91) 98010-0846	Rafael dos S. Nonato (91) 98478-4890
21/12	V.CRIM		Shirley A. L. da Silva (91) 98010-0846	Paulo H. Alves Martins (91) 98010-0846	Rafael dos S. Nonato (91) 98478-4890
22/12	V.CRIM		Shirley A. L. da Silva (91) 98010-0846	Paulo H. Alves Martins (91) 98010-0846	Rafael dos S. Nonato (91) 98478-4890
23/12	V.CRIM		Shirley A. L. da Silva (91) 98010-0846	Paulo H. Alves Martins (91) 98010-0846	Rafael dos S. Nonato (91) 98478-4890
24/12	JECCRIM	Magistrado não publicado em obediência ao art.1º, parágrafo único da Res. Nº:152/2012-CNJ	W. Afonso P. do Carmo (91) 98010-0916	Ingryd S. C. Caldeira (91) 98010-0916	Rafael dos S. Nonato (91) 98478-4890
25/12	JECCRIM		W. Afonso P. do Carmo (91) 98010-0916	Ingryd S. C. Caldeira (91) 98010-0916	Rafael dos S. Nonato (91) 98478-4890
26/12	JECCRIM		W. Afonso P. do Carmo (91) 98010-0916	Ingryd S. C. Caldeira (91) 98010-0916	Rafael dos S. Nonato (91) 98478-4890
27/12	1º V.C	Magistrado não publicado em obediência ao art.1º, parágrafo único da Res. Nº:152/2012-CNJ	Luciane D. O. da Costa (91)98328-1030	Cynthia R. S. F. Pinho (91) 9828-1030	Rafael dos S. Nonato (91) 98478-4890
28/12	1º V.C		Luciane D. O. da Costa (91)98328-1030	Cynthia R. S. F. Pinho (91) 9828-1030	Rafael dos S. Nonato (91) 98478-4890
29/12	1º V.C		Luciane D. O. da Costa (91)98328-1030	Cynthia R. S. F. Pinho (91) 9828-1030	Roberto Leonardo Freire Piani (91) 99188-9575
30/12	1º V.C		Luciane D. O. da Costa (91)98328-1030	Cynthia R. S. F. Pinho (91) 9828-1030	Roberto Leonardo Freire Piani



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DIREÇÃO DO FÓRUM DE PARAGOMINAS

Rua Belém nº 69, Módulo II, Paragominas (PA), CEP: 68626-070, Telefones: (91) 3729-9700.

Horário de atendimento ao público: das 08h00min às 14h00min. Email: tjepe039@tjpa.jus.br



					(91) 99188-9575
31/12	2º V.C	Magistrado não publicado em obediência ao art.1º, parágrafo único da Res. Nº:152/2012-CNJ	W. Afonso P. do Carmo (91) 98469-8013	Ingryd S. C. Caldeira (91) 9 98469-8013	Roberto Leonardo Freire Piani (91) 99188-9575
01/01	2º V.C		W. Afonso P. do Carmo (91) 98469-8013	Ingryd S. C. Caldeira (91) 9 98469-8013	Roberto Leonardo Freire Piani (91) 99188-9575
02/01	2º V.C		W. Afonso P. do Carmo (91) 98469-8013	Ingryd S. C. Caldeira (91) 9 98469-8013	Roberto Leonardo Freire Piani (91) 99188-9575
03/01	3º V.C	Magistrado não publicado em obediência ao art.1º, parágrafo único da Res. Nº:152/2012-CNJ	Alexandre O. Santos (91) 98010-1006	Luiz P. S. Menezes (91) 98010-1006	Roberto Leonardo Freire Piani (91) 99188-9575
04/01	3º V.C		Alexandre O. Santos (91) 98010-1006	Luiz P. S. Menezes (91) 98010-1006	Roberto Leonardo Freire Piani (91) 99188-9575
05/01	3º V.C		Alexandre O. Santos (91) 98010-1006	Luiz P. S. Menezes (91) 98010-1006	Roberto Leonardo Freire Piani (91) 99188-9575
06/01	3º V.C		Alexandre O. Santos (91) 98010-1006	Luiz P. S. Menezes (91) 98010-1006	Roberto Leonardo Freire Piani (91) 99188-9575
07/01	3º V.C		Alexandre O. Santos (91) 98010-1006	Luiz P. S. Menezes (91) 98010-1006	Roberto Leonardo Freire Piani (91) 99188-9575

OBSEVAÇÃO 1: O plantão se rege pelas disposições constantes da Resolução nº 16/2016, do Tribunal de Justiça do Pará, a qual, em seu art. 1º, estabelece as **matérias reservadas ao plantão**, quais sejam:

Art. 1º - O Plantão Judiciário, em 1º e 2º graus de jurisdição, destina-se exclusivamente ao exame das seguintes matérias:

I - Pedidos de habeas-corpus e mandados de segurança em que a autoridade coatora esteja submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista;

II - comunicações de prisão em flagrante e apreciação de pedidos pertinentes à liberdade do investigado ou do adolescente em conflito com a lei;

III - representação da autoridade policial ou requerimento, objetivando a decretação de prisão preventiva ou prisão temporária, em caso de justificada urgência;

IV – pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, em caso de justificada urgência;

V - medidas urgentes de natureza cível ou criminal que não possam ser realizadas no horário normal de expediente ou em situação cuja demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação;

VI - medidas urgentes, de naturezas cíveis e criminais, da competência dos Juizados Especiais, limitadas as hipóteses acima elencadas.

§ 1º O Plantão Judiciário não se destina à reiteração de pedido já apreciado no Órgão Judicial de origem ou em plantão anterior, nem à sua reconsideração ou à apreciação de solicitação de prorrogação de autorização judicial para fins de interceptação telefônica, considerando-se ato atentatório à dignidade da Justiça, a prática de condutas dessa natureza.

§ 2º As medidas de comprovada urgência que tenham por objeto o depósito de importância em dinheiro ou valores só poderão ser ordenadas por escrito pela autoridade judiciária competente, somente sendo executas ou efetivadas durante o expediente bancário normal por intermédio de servidor credenciado do juízo ou de outra autoridade por expressa e justificada delegação do magistrado.

§ 3º Durante o Plantão Judiciário é expressamente vedada a apreciação de pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores, tampouco de bens apreendidos;

§ 4º Caberá ao magistrado plantonista, conforme o caso, dar cumprimento às determinações recebidas, oriundas de Tribunal Superior ou do Tribunal de Justiça, no período do plantão, devendo, em todos os casos, diligenciar no sentido de constatar sua autenticidade.

§ 5º Compete ao magistrado plantonista avaliar, em decisão fundamentada, a urgência que mereça atendimento em regime de plantão, nos termos da presente Resolução, devendo, tão logo examinada, ser remetida ao Juiz Natural.

§ 6º Caso o magistrado plantonista verifique que a matéria submetida à apreciação não se coaduna com as hipóteses previstas na presente Resolução, este, em decisão fundamentada, remeterá os autos à distribuição ordinária, que, neste caso, deverá ocorrer no primeiro dia útil seguinte.

OBSERVAÇÃO 2: Por força do disposto na Resolução nº 16/2016-GP, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará bem como do constante do parágrafo único do art. 3º da Resolução nº 37/2017-DF PGM, os servidores do **Setor Psicossocial do Fórum** (Ilkimy Aparecida Paixão Mendes, Paulo Sérgio Fernandes, Sidnéia Santos de Sousa, Manuela do Socorro Oliveira Ferreira e Danielle de



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DIREÇÃO DO FÓRUM DE PARAGOMINAS**

Rua Belém nº 69, Módulo II, Paragominas (PA), CEP: 68626-070, Telefones: (91) 3729-9700.

Horário de atendimento ao público: das 08h00min às 14h00min. Email: tjepa039@tjpa.jus.br



Souza e Melo ficarão de prontidão – em turno de revezamento - durante o plantão judicial, podendo ser acionados – em casos de urgência – via telefone celular pessoal, cujos números se encontram à disposição na Direção do Fórum.

TELEFONES:

1ª Vara Cível e Empresarial – (91) 98328-1030 - 1civelparagominas@tjpa.jus.br

2ª Vara Cível e Empresarial – (91) 98469-8013 - 2civelparagominas@tjpa.jus.br

3ª Vara Cível e Empresarial – (91) 98010-1006 - 3civelparagominas@tjpa.jus.br

Vara Criminal – (91) 98010-0846 - 1crimparagominas@tjpa.jus.br

Vara dos Juizados Especiais – (91) 98010-0916 - juizadocivelcriminal@tjpa.jus.br

CEJUSC – (91) 99180-5107 – cejuscparagominas@tjpa.jus.br

Paragominas (PA), 28 de novembro de 2023.

(Documento assinado digitalmente nos termos do art.1º, § 2º, III, “a”, da Lei nº 11.419/2006 - conforme impressão ao pé da página.).

WANDER LUIS BERNARDO

Juiz de Direito